

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado António Ramos Preto

REQUERIMENTO

Assunto: Audição urgente do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Portugal vê concentrada mais de 75% da sua população nos cerca de 976 quilómetros de costa, 26% dos quais ocupados com construção para usos urbanos, turísticos e industriais. Para atestar a fragilidade da orla costeira, recorde-se que mais de 25% é afetada por fenómenos de erosão, existindo risco potencial de perda de território em qualquer coisa como 67% da costa.

É também por isso que mais de 14% da orla costeira portuguesa se encontra artificializada, seja pela instalação de esporões, obras aderentes ou paredões, cifrando-se em mais de 122 milhões de euros o investimento feito em infraestruturas de proteção costeira nas últimas décadas.

Porque o início do ano de 2014 tem sido marcado por fortes intempéries, as quais têm causado avultados prejuízos no território nacional – muito especialmente na faixa litoral, atenta a agitação marítima que se tem sentido –, assume especial relevância a análise aprofundada das políticas públicas para o litoral, aqui se incluindo todas as ações de proteção e valorização da orla costeira.

Foi, de resto, sempre entendimento do Partido Socialista que a proteção e a valorização do litoral constituem domínios prioritários da política nacional, por se referirem a uma área particularmente sensível e complexa, que exige uma gestão integrada, capaz de mobilizar entidades públicas e privadas, não descurando as populações, em torno de objetivos claros e partilhados.

Recorde-se que, na égide do XVII Governo Constitucional, foi elaborado o Plano de Ação do Litoral 2007 – 2013, contemplando um vasto conjunto de ações consideradas necessárias para requalificar o litoral nacional, em diversas tipologias de intervenção (defesa costeira, planos de intervenção e requalificação

urbana, requalificação de praias, sensibilização ambiental, demolições ou, mesmo, estudos e monitorização), de acordo com prioridades definidas a nível regional, embora tendo presente a dimensão nacional da gestão costeira e a inevitável necessidade de fazer escolhas, motivadas por condicionantes de vária ordem, incluindo financeiras.

Foi este instrumento que permitiu não só que Portugal concretizasse uma política integrada e coordenada para o litoral nos últimos anos (dando especial primazia à proteção ambiental, à valorização paisagística das zonas costeiras, à proteção de pessoas e bens, enquadrando a sustentabilidade e a qualificação das atividades económicas), mas, também, e sob uma nova roupagem, que o atual Governo pudesse apresentar o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.

Nas notas de enquadramento ao Plano, a anterior Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território referia que este prevê um novo modelo de governança e uma capacidade de execução elevada, potenciando a interação entre o planeamento e a gestão e uma maior eficácia de atuação. No entanto, a realidade tem sido outra.

As promessas de intervenções prioritárias não passam disso mesmo, e os avultados investimentos prometidos em 2012 quase não saíram do papel: das 303 medidas orçadas em 417 milhões de euros, estão apenas executadas 5%, e dos 149 milhões de euros previstos em 55 ações, só 11% foram concretizados. Importa, pois, esclarecer que objetivos, ações e metas estão em causa (ou em risco), e, claro está, as atinentes responsabilidades institucionais.

Considerando que a proteção do litoral é uma das prioridades do país, crescentemente sujeito aos efeitos das alterações climáticas, afigura-se fundamental promover a audição do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, permitindo que a Assembleia da República se possa inteirar do balanço das ações previstas do Plano (mormente atinentes à proteção de pessoas e bens), das respostas do Governo para os efeitos do mau tempo na orla costeira, dos contactos estabelecidos com a administração local e os agentes económicos, e, naturalmente, sobre o sentido da revisão da estratégia nacional de riscos da costa portuguesa para intervenções estruturais – profusamente anunciada no início do mês de janeiro de 2014.

Um litoral melhor defendido é aquele que congrega todas as sinergias, concorrendo para esta união de esforços o comprometimento político do Governo e dos partidos com assento na Assembleia da República.

É atento este domínio de colaboração que os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e, bem assim, todos os Deputados Coordenadores Regionais dos Círculos Eleitorais compreendendo a faixa litoral, apresentam o presente Requerimento.

Porque é seu entendimento que a realização de uma audição parlamentar sobre a gestão costeira convergirá para uma maior cooperação em torno deste que é um dos nossos maiores recursos.

Em tempos, a anterior titular da pasta do Ambiente e do Ordenamento do Território referia existir «*uma ténue linha que separa o mar da terra: a costa*».

Referia igualmente existir «*uma ténue linha que separa um bom plano dum mau plano: a sua exequibilidade*».

Hoje, com outra tutela, e ano e meio volvido sobre a apresentação do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012 - 2015, há uma outra linha, que separa a propaganda da verdade: a realidade - a melhor garantia de que o desígnio da valorização e qualificação do litoral será cumprido.

É sobre a realidade da proteção e valorização do litoral que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatários vêm requerer a audição urgente do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2014

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

<i>Mota Andrade</i>	<i>Eurídice Pereira</i>
<i>António Gameiro</i>	<i>João Paulo Pedrosa</i>
<i>Pedro Farmhouse</i>	<i>Jorge Fão</i>
<i>André Figueiredo</i>	<i>Luís Pita Ameixa</i>
<i>Idália Salvador Serrão</i>	<i>Mário Ruivo</i>
<i>Jorge Manuel Gonçalves</i>	<i>Miguel Freitas</i>
<i>José Junqueiro</i>	<i>Nuno Sá</i>
<i>Miguel Coelho</i>	<i>Renato Sampaio</i>
	<i>Rosa Maria Bastos Albernaz</i>
	<i>Rui Paulo Figueiredo</i>